

# **Processo Seletivo para Estágio Remunerado da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar da Universidade Federal da Paraíba**

**Edital nº 02/2017/CPPRAD/GR/UFPB**

- Esta prova contém 05 questões objetivas com uma única resposta e 02 questões subjetivas. Cada questão objetiva vale 1,2 (um vírgula dois pontos) pontos e cada questão subjetiva vale 2,0 (dois) pontos.

- Não será permitido, durante a realização da prova, o uso de aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod®, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, walkman®, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.; relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha; quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.

- Será permitido, durante a realização da prova, qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas etc.), desde que esteja em material transparente.

## QUESTÕES OBJETIVAS

1- De acordo com a Lei 9.874/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal:

I - Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, incluindo-se na contagem o dia do começo e excluindo-se o do vencimento.

II - A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

III - Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

Estão corretas as assertivas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II.
- e) III.

2 – Marque a alternativa INCORRETA acerca dos critérios observados nos processos administrativos, conforme a Lei 9.874/99:

- a) Divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.
- b) Indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.
- c) Garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio.
- d) Interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, permitindo-se aplicação retroativa de nova interpretação.
- e) Adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados.

3 – A ação disciplinar, conforme a Lei 8.112/90, prescreverá:

- a) Em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à suspensão.
- b) Em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.
- c) Em 2 (dois) anos, quanto às infrações puníveis com demissão.
- d) Em 2 (dois) anos, quanto à advertência.
- e) Em 5 (cinco anos), quanto às infrações puníveis com cassação de cargo em comissão.

4 – De acordo com a Lei 8.112/90:

I - A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

II – É proibido ao servidor participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, inclusive na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

III – É dever do servidor levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração.

Estão corretas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) II.

5 – Marque a alternativa INCORRETA relativa aos princípios expressos da Administração Pública, previstos no art. 37 da Constituição Federal:

- a) Legalidade e impessoalidade.
- b) Moralidade e publicidade.
- c) Publicidade e impessoalidade.
- d) Eficiência e publicidade.
- e) Legalidade e proporcionalidade.

**QUESTÕES SUBJETIVAS**

1 – Makys, servidor estável da Universidade Federal da Paraíba, atua como médico no CRAS/UFPB pela manhã, em regime de 20 horas. Além de trabalhar na universidade, ainda atua como médico em Hospital do Estado da Paraíba, pela tarde, em regime de 20 horas, e em seu consultório privado. Acerca da acumulação, conforme art. 37 da CF/88, a situação dele é regular? Justifique sua resposta, respeitando o limite de linhas.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

2 – Makys, médico no CRAS/UFPB, bastante temperamental, não acorda muito bem. Ao longo do expediente, ele resolve simplesmente que não quer mais continuar seu trabalho naquele dia e vai para casa, durante seu expediente, sem comunicar nada à chefia – simplesmente se ausenta do serviço. Após certo tempo, sua chefia, procurando-o para resolver determinado problema, não o encontra no serviço e, diante da falta de comunicação do servidor, bem como por não ter autorizado sua ausência em horário de expediente, resolve abrir procedimento disciplinar. A conduta perpetrada por Makys se enquadra no art. 117, I, da Lei 8.112/91, punida com advertência. Nesse caso, é obrigatória a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a conduta do servidor? Justifique sua resposta, respeitando o limite de linhas.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---